



ANUARIO DA SOCIEDADE DOS ARCHITECTOS PORTUGUESES – Anuário da propriedade e edição da Sociedade dos Architectos Portugueses, publicado desde 1905 (Ano I) até 1910 (anos V-VI). Esta publicação foi lançada na direção do biénio 1905-1906, cuja Mesa da Assembleia Geral era presidida por **Ventura Terra** e a do Conselho Diretor por **Adães Bermudes**. No segundo número, **José Luiz Monteiro** substituiu Ventura Terra e no terceiro **José Alexandre Soares** substituiu Adães Bermudes, para depois no quinto número ser substituído por **Francisco Carlos Parente**. A Comissão Redatora era inicialmente constituída por **Alfredo d’Ascensão Machado**, **João Lino de Carvalho** e **Alfredo M. Costa Campos**. Nos cinco números os principais redatores foram, por ordem de colaboração, Francisco Carlos Parente, **Rosendo Carvalheira**, José Luiz Monteiro, Alfredo Maria da Costa Campos, João Lino de Carvalho, Alfredo D’ Ascensão Machado, Ventura Terra, Adães Bermudes, **José Marques da Silva**, José Alexandre Soares, **Francisco Marques de Sousa Viterbo**, **D. José Pessanha** e **Arthur Moreira Rato**, ligados à própria Sociedade.

Inicialmente, a sede social da Sociedade dos Architectos Portugueses era na Rua Victor Cordon, 14-1.º, em Lisboa, passando depois para a Rua da Emenda, 26 – 1.º. O preço de cada *Anuário* era de 500 reis. Cada volume tem cerca de 100 páginas impressas na Tipographia do Commercio (Travessa do Sacramento, ao Carmo, 3 a 7, em Lisboa). No final do primeiro volume (ano I), apresenta-se, em suplemento, um extenso conjunto de anúncios referentes a empresas ligadas às diferentes especialidades da construção civil; nos seguintes, surgem nas páginas finais as mais recentes obras bibliográficas da biblioteca da Sociedade (ano II) e algumas dos mais recentes edifícios, no nosso país, com assinatura reconhecidamente de arquiteto (anos III a V).

A Sociedade dos Architectos Portugueses teve os seus estatutos aprovados a 11 de Dezembro de 1902. Sucedânea da Real Associação dos Arquitectos Civis e Archeólogos Portugueses, a Sociedade era liderada por arquitetos afetos ao republicanismo, como Ventura Terra, marcando o período de viragem da Monarquia para o início da República, quanto à defesa dos interesses desta classe profissional. No texto fundador desta Sociedade, lê-se: “O incremento constante que a classe dos architectos portuguezes tem manifestado nos últimos tempos, [sic] impoz, naturalmente, a necessidade de seriamente ser resolvido entre nós, o problema – de solução indiscutível para todos os espíritos lúcidos e imparciais, – de que a architectura é da exclusiva atribuição do architecto, e de que a este artista assiste o dever incontestável de reclamar com a energia de que o reveste a justiça da sua causa, o lugar que lhe compete no meio artístico e intelectual do paiz.” (*Anuario da Sociedade dos Architectos Portugueses*, ano I, 1905). No ano transato (1904), a Sociedade participou no VI Congresso Internacional de Arquitectos, em Madrid, dando início ao contato organizado com os problemas de Arquitectura.

Os **temas tratados** no *Anuario* passaram pelos trabalhos associativos, biografias, interesses gerais da classe dos arquitetos, assuntos técnicos (concursos, prémios, exposições, história, por exemplo), legislação técnica e assuntos diversos (património, eventos, visitas, questões sociais e de interesse dos arquitetos, por exemplo).

O primeiro *Anuário* começa por uma questão-chave para o exercício da profissão, ou seja, o regulamento dos honorários dos arquitetos (aprovado pela Assembleia Geral a 25 de Julho de 1904). Aliás, no segundo número um incisivo texto de José Luiz Monteiro refere: “De que vivem esses architectos? De fazer projectos para casas? Se outros não fossem os seus recursos nem trinta haveria. A maior parte teria morrido de fome! Alguns mais felizes conseguiram uma colocação oficial de maior ou menor remuneração, mas sempre mesquinha (há-os que vencem 15\$000 réis mensais); os outros para ahi andam dando lições de desenho ou de geometria ou entregam-se a qualquer industria que tenha maior ou menor relação com as artes do desenho. N’uma palavra, vivendo exclusivamente de fazer projectos para casas, nenhum!” (José Luiz Monteiro, *Anuario da Sociedade dos Architectos Portugueses*, ano II, 1906).

A homenagem aos arquitetos portugueses ou com exercício no nosso país, de gerações passadas, passou a ter um espaço próprio. **Domingos Parente da Silva** é considerado “um dos mais ardentes apóstolos da fundação da Sociedade dos Architectos Portugueses” (Rosendo Carvalheira, *Anuario da Sociedade dos Architectos Portugueses*, n.º 1, 1905). **Luiz Caetano Pedro d’Ávila** conseguiu, por vezes, “que no estrangeiro, e por ocasião dos vários congressos internacionais de architectos a que assistiu, se radicasse a ilusão de que em Portugal a architectura e os architectos eram como em toda a parte, [sic] um corpo regularmente constituído e reconhecido como acção independente e livre” (R.C. [Rosendo Carvalheira], n.º 1, 1905). **José Geraldo da Silva Sardinha**, arquiteto portuense, “contribuiu, como professor, para o desenvolvimento da architectura nacional (...) e se não deixou uma obra nova abundante e mais bella foi porque lhe não proporcionaram o ensejo.” (A.B. [Adães Bermudes], *Anuario da Sociedade dos Architectos Portugueses*, n.º 2, 1906). **Nicola Bigaglia**, “dotado de vasta erudição e de um temperamento artístico perfeitamente equilibrado” (A. Machado, *Anuario da Sociedade dos Architectos Portugueses*, n.º 3, 1907). **José António Gaspar**, architecto portuense, recentemente falecido, foi “o professor hábil e zeloso, o educador por excellencia no campo profissional da nossa epocha” (José Alexandre Soares, *Anuario da Sociedade dos Architectos Portugueses*, ano V, 1909-1910).

A visita à Batalha foi a primeira excursão artística aos monumentos nacionais, tendo em vista “analysar o estado em que se encontram (...), estudando-os e reclamando-o, todas as vezes que assim julgue conveniente, a alteração dos poderes públicos, sobre o seu estado de conservação.” (C.C. [Costa Campos], *Anuario da Sociedade dos Architectos Portugueses* ano I, 1905). Seguiram-se Évora, Tomar, Mafra e Santarém.

No segundo *Anuário*, a comissão redatora mantém-se a mesma, sublinhando a “lucta gigantesca de aspirações” em que os arquitetos se deviam empenhar, “cooperar no desejo entusiástico de alcançar na sociedade portugueza o logar proeminente d’uma classe que envida os seus esforços para se tornar um factor do engrandecimento geral do paiz” (*Anuario da Sociedade dos Architectos Portugueses*, ano II, 1906).

No terceiro *Anuário*, subjaz como importante o poder reivindicativo da Sociedade, tanto junto do Rei, como da Câmara Municipal de Lisboa. No primeiro caso, trata-se da representação que a Sociedade fez junto do Rei contra a organização na época dos serviços dos edifícios públicos, “no cumprimento de um imperioso dever civico”. Refere-se que: “Cerca de cincoenta mil contos se têm gasto em edifícios públicos, nos ultimos trinta anos, com tão minguado proveito e desnorteada orientação que sendo a maxima parte d’essa verba consumida em Lisboa, continúa esta, com o aspecto insignificante de arrabalde de um grande burgo banal, inteiramente desprovido de expressão, de caracter e de beleza.” A Sociedade pedia assim que o Rei recomendasse ao Governo a reforma destes serviços, “a bem do paiz, da arte e da civilisação.” No segundo caso, a Sociedade solicita a atenção da Comissão Administrativa do Município de Lisboa para a “justificada necessidade” de regular a estética da edificação: “A liberdade criminosa com que se tem povoado importantes avenidas, bairros inteiros, de construções banaes, desprovidas das mais elementares condições de beleza, dando a essas novas artérias o aspecto desolador que infelizmente por ahi se observa a cada passo, é um triste testemunho da falta de educação artística do paiz e uma lamentável prova do pouco interesse com que os corpos dirigentes da nação se têm occupado d’um assumpto, que é motivo de especial cuidado e atenção em todos os paizes civilizados”. Davam-se como exemplos os bairros da Estefânia, Andrade (Anjos), Campolide, Campo de Ourique, Castelinhos, Camões, Alcântara (*Anuario da Sociedade dos Architectos Portugueses*, ano II, 1906).

Torna-se relevante o apelo que D. José Pessanha faz (ano III): “Completar e tornar independentes os cursos de architectura das nossas escolas de bellas-artes, deve ser, pois, objecto dos mais perseverantes e enérgicos esforços por parte da Sociedade dos Architectos Portugueses. Não vejo, até, neste momento, *desideratum* cuja realização mais deva interessá-la.” (*Anuario da Sociedade dos Architectos Portugueses*, ano III, 1907). Já depois do fim do *Anuário*, dá-se a “Reorganização das Escolas de Belas-Artes de Lisboa e Porto”, decorrente da mudança de regime político. O curso de Architectura manter-se-ia nas Belas-Artes, com diploma próprio.

Por Jorge Mangorrinha

Lisboa, HML, 25 de Março de 2013.

FONTES: Sociedade dos Architectos Portugueses, *Anuario da Sociedade dos Architectos Portugueses*, ano I (1905) a V-VI (1910). Lisboa: Sociedade dos Architectos Portugueses, 1905-1910.